
Comunicação Comunitária e a Ideia de Inovação: ou a importância do cotidiano para a produção do comum em tempos de telepresença radical¹

Marcello Monteiro Gabbay²
Universidade São Judas Tadeu

RESUMO

O presente texto apresenta uma contribuição na forma de reflexão crítica sobre a relação entre a comunicação comunitária, popular ou cidadã e a ideia ordinária de inovação como fenômeno ligado à adoção compulsória das tecnologias digitais, a partir dos temas tratados nas últimas contribuições deste autor no GP “Comunicação para a Cidadania”, da Intercom. Concluímos é preciso adotar a inovação tecnológica de forma empoderada para desmontar as estratégias de maquinização da cidade e da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação comunitária; inovação; tecnologias digitais; crítica social; cotidiano.

Desde que se fundou o pensamento filosófico-social sobre o comum e o comunitário nos anos 1970 no Brasil, com a ascensão dos vários movimentos populares de acadêmicos, e com as longas discussões sobre a Lei 9.612 de 1998 para radiodifusão comunitária, estamos refletindo sobre quais seriam as bases da comunicação comunitária e popular e cidadã.

Com o avanço das tecnologias de comunicação digital, o tema se desenvolveu também. As rádios comunitárias mesmo se beneficiaram com possibilidades de emissão digital para além do sistema de dial e frequência modulada. Por um tempo, o comunitário parecia ter encontrado seu lugar nas redes sociais digitais.

Mas hoje, passados mais de 30 anos da popularização da Internet, e com o avanço das tecnologia de produção de realidade por Inteligência Artificial e todo o debate sobre a as fake news e o novos sistemas de verdade, um velho paradigma do comum precisa ser retomado: a experiência do cotidiano, que inclui todas as

¹ Exemplo: Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Doutor nos cursos de Comunicação & Artes da Universidade São Judas Tadeu. E-mail: marcellogabbay@uol.com.br.

preocupações com a vida nas cidades, a necessidades de co-presença para fortalecimento de movimentos sociais que trabalham sobre grandes temas, como habitação, preconceito, racismos, homofobia, sexismo, direitos humanos, cultura, dentre tantas outras querelas.

A partir desse paradigma, entendemos que a produção do comum se funda nas complexas relações do cotidiano, naquilo que recorrentemente temos ilustrado como a “sujeira” da vida comum (GABBAY, 2019). E que aí se incluam afetos os mais variados, solidariedade, inveja, rancor, perdão, cuidado. Acreditamos ser este o caminho epistemológico coerente com algumas tradições ligadas à compreensão do cotidiano nas ciência sociais contemporâneas.

Assim, é preciso repensar a antiga noção de “intelectual orgânico” que por décadas orientou o pensamento em comunicação popular e comunitária. Acreditamos que a ideia de “intelectual orgânico” deve se atualizar no campo da “sujeira” e não da automação. O intelectual orgânico gramsciano, termo tão caro aos movimentos de comunicação comunitária e popular, vem sendo posto no campo das contemporaneizações. Mas este é um papel que deve ser atribuído ao fenômeno da comunicação no cotidiano. Se em outra época, o intelectual orgânico assumia a forma do jornal popular, ou das rádios comunitárias, era porque estas ferramentas se produziam no campo do cotidiano, no chão de fábrica ou nos terreiros, nos morros, nos bairros, nas zonas rurais. Deslocar o conceito de intelectual orgânico para a mídia em si é retirar-lhe a força comunitária.

Assim, é preciso valorizar processos comunicacionais populares do cotidiano e do ordinário, amparados em práticas de rua, terreiros, becos, esquinas, rodas, e no imaginário engendrado nesses espaços, preservando a alma do comunitário (HILLMAN, 1993; MARCUSE, 2007).

Vivemos, de uma perspectiva histórico-sociológica, a metástase do modelo produtivista especulativo das cidades. A crise climática no Rio Grande do Sul em 2024 é a prova mais recente da forma como a crise ambiental tem sido transformada em narrativas negacionistas na extrema direita no mundo todo, como subterfúgio para manutenção de economias predatórias, como o petróleo e as monoculturas da soja, dos grãos e do gado de pasto. Estas, monoculturas que silenciam formas mais sustentáveis de existência e de cidades em nome de um imaginário do progresso linear.

É preciso olhar por detrás, como para o fundo das aparências (MAFFESOLI, 2010), para a profundidade da alma coletiva, para podermos apropriar as inovações materiais e tecnológicas à necessidade psicológica, ambiental, social e cultural de nosso tempo. Nosso tempo requer vínculo, entre os povos e com o mundo.

Isso nos aponta que há uma diferença entre inovar criativamente, movido pelos desejos coletivos, e adotar tecnologias padronizadoras que sublimam o desejo e interrompem os impulsos em nome de uma adequação.

A inovação deve promover uma potência criativa religadora da cultura, do estar-junto, do vínculo, cujo cimento é a emoção coletiva. E isso não é saudosismo, pois a emoção coletiva está em várias formas. Está na Internet, na gamificação, no TikTok, mas também está no terreiro, na pelada de futebol, nas rodas de samba e rimas. É a *katharsis* aristotélica atualizada. Sair transformado e transtornado.

E isso requer se jogar no mundo. Participar, “sujar as mãos” na vida cotidiana (MARTÍN-BARBERO, 2003), e pensar o comunitário como embate, confronto. Não se trata de uma comunidade ideal ou imaginada por um desejo romântico de unificação das ideias, mas, ao contrário, trata-se de um comunitarismo vivo, dinâmico e em constante transmutação, cujo vínculo é o pertencimento afetivo forjado no território ou em demais formas de co-presença.

Território é lugar de negatividades, como negação de um modelo liso e padronizado de sociedade, negação, enfim, do positivismo moderno. E o que há de diversidade na cidade – o próprio sentido do “outro” – é a possibilidade de inclusão da negatividade. “Onde vige o puramente positivo, o excesso de positividade, ali não há espírito”, afirma o filósofo coreano Byung-Chul Han (2012, p. 46). O autor está se referindo a perda do *eros* na vida social.

Assim, encontramos-nos em um momento em que não basta lançar críticas a um modelo de sociedade orientado pelo positivismo “puro”; é preciso, mais que isto, reestabelecer o lugar da negatividade, do *eros* como domínio sombrio da vida coletiva, como impulso criativo, contato vital, precisa ressurgir na forma de movimentos de resistência de base comunitarista.

Isso se baseia na ideia do psicólogo americano James Hillman (1993) de que a cidade é um espaço psíquico, graças à produção em cadeia de afetos coletivamente sustentados. Então precisamos entender a cidadania em suas relações psico-afetivas com a cidade, suas construções, espaços, cheiros e sons.

Com isso, não lançamos, de forma nenhuma, uma recusa das tecnologias máqunicas e digitais. Sua existência é culturalmente natural, e a cidade precisará, mais do que nunca, de inovação para reinventar os espaços do comunitário. Como serão? Quem estará neles? Como integrarão as tecnologias e a Inteligência Artificial? Pois a tecnologia faz parte da ecologia do comum (SODRÉ, 2014, p. 249).

Assim como Freud descobriu no início do século XX que o sonho era parte do real psicológico – o que os povos originários já sabiam desde sempre – o tecnológico é parte do real também. Esta é a ideia de virtualidade, a possibilidade de existir no campo das imagens, do imaginário e da transparência (VATTIMO, 1990).

Mas o uso das tecnologias para produzir realidade pode estar a serviço sim da especulação financeira ou da cidadania. Seria bom que se encontrasse o caminho do meio? Mas há sempre o risco que esteja a serviço da maquinização da vida.

É preciso usar a tecnologia para abrir as cidades e assim abrir a cidadania. Pois “a primeira vítima da cidade privatizada é a alteridade”, dizia a antropóloga da comunicação Janice Caiafa (2007, p. 23-25). E “a verdadeira cidade está nas ruas” (GABBAY e PAIVA, 2016, p. 7). Assim, muitas iniciativas podem ser tomadas a esse respeito. Ainda em 2009, o professora da UFBA André Lemos já falava em usar as mídias locativas para mapear a cidade de Salvador, revelando suas estrias históricas.

Em Salvador, em 2012, depois que o prefeito João Henrique aprovou as mudanças na Lei Orgânica de Uso e Ordenamento do Solo, com a ampliação da construção civil sobre área de mata atlântica e sobre a orla do mar, o Movimento Desocupa construir um mapa colaborativo da região, chamado “RadarDesocupa”, voltado a descobrir as “caixas-pretas” escondidas no fundo da cidade, e que escondem problemas estruturais. Antes, com alunos da UFBA, o professor usou o conceito de WikiCity para instalar QR-Codes na cidade que revelavam aspectos sombreados da história social de Salvador (LEMOS, 2010).

Na cidade do Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo, a Cia da Hebe, espaço cultural de resistência, instalou caixas de som voltadas para as calçadas com falas de pessoas marginalizadas. No bairro da Mooca, na Zona Leste da capital paulista, nosso projeto “Paisagem Sonora” instala uma estrutura sonora com sons do parque Mooca em pontos caóticos do bairro, como o metrô Bresser.

As Rádios Comunitárias são pioneiras em apropriar a tecnologia, adaptando transmissores a partir de embarcações, como a famosa Radio Caroline, na Dinamarca

nos anos 1960. Depois com os computadores, a RádioTube, realização da ONG Kriar Brasil, do Rio de Janeiro, apropriando-se do conceito do Youtube para oferecer um espaço de streaming de rádios comunitárias em 2007.

A preocupação hoje é seguir inovando de forma empoderada. Apropriar, samplear, criar versões. Desmontar as estratégias de maquinização da cidade e da cidadania. Pois, disfarçados de novidade, os mecanismos de aprisionamento de nossa criatividade são cada vez mais sedutores. A comunicação popular cidadã nasceu de forma transfigurativa e assim, deve seguir na missão de transmutar e reconfigurar as formas sociais para o bem comum.

REFERÊNCIAS

CAIAFA, Janice. **Aventura das Cidades**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GABBAY, Marcello. O Comum na Cultura Popular: o papel da canção no “sujo” comunitarismo contemporâneo. **Anais do 42º Congresso da Intercom**. Belém: UFPA, 2019.

GABBAY, Marcello e PAIVA, Raquel. Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. **Anais 39º Congresso da Intercom**. São Paulo: USP, 2016.

HAN, Byung-Chul. **A Salvação do Belo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2019.

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

LEMONS, Andre. VOCÊ ESTÁ AQUI!: mídia locativa e teorias “materialidades da comunicação e “Ator- Rede”. **Anais do Congresso da Compós**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em : http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_andre_lemos.pdf. Acesso em jun. 2024.

MAFFESOLI. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCUSE, Herbert. **A Dimensão Estética**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VATTIMO, Gianni. **La sociedad transparente**. Paidós: Barcelona, 1990.